



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO SANTO PADRE AO BRASIL

(30 DE JUNHO - 12 DE JULHO DE 1980)

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS BISPOS DO BRASIL

Fortaleza, 10 de Julho de 1980

Senhor Presidente

Senhores Cardeais

Queridos Irmãos no Episcopado,

1. Na alegre expectativa da visita que ora faço ao vosso País, frequentemente, pensei nos variados encontros que aqui teria. Cada um deles me parecia muito importante, mas posso dizer-vos com sinceridade de irmão: nenhum mais importante do que este, com os Bispos do Brasil.

Formais hoje o corpo episcopal mais numeroso do mundo. Ao número bem corresponde a intensa atividade que desdobrais no pastoreio de uma Igreja jovem e dinâmica como é a vossa. Por isso mesmo e pelas promissoras perspectivas de vosso País, o Episcopado de que fazeis parte assume um prestígio mas também uma responsabilidade que vão bem além das fronteiras de vossas Dioceses e da própria Nação: responsabilidade perante a Igreja inteira.

Por isso mesmo, era o meu anseio maior, no quadro desta peregrinação apostólica, estar pessoalmente no meio de vós, saudar-vos “in osculo sancto”(Rm 16, 16; 1Cor 16, 20) e “in vinculo pacis” (Ef 4, 3), exprimir-vos de viva voz meus sentimentos de Pastor da Igreja universal. O Senhor Jesus há de compreender que eu vos diga, aplicando a esta circunstância, palavras que Ele próprio pronunciou em um momento crucial de Sua vida: “Desejei ardentemente comer esta Páscoa convosco”(Lc 22, 15). Este encontro é, com efeito, uma Páscoa, passagem do Senhor no meio de nós. Deus seja louvado por conceder-me esta oportunidade e nos assista nesta hora, para que este encontro seja para vós fonte de renovada fecundidade pastoral como é para mim

fonte de alegria e de conforto.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

2. Minhas primeiras palavras querem ser de fraterna saudação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Não posso esquecer o caráter quase pioneiro desta Conferência. Ela nasceu, já com este nome de Conferência de Bispos, no longínquo 1952, uma das primeiras do mundo a se constituir, muito antes que o Concílio Ecumênico Vaticano II pusesse em nova luz a doutrina da colegialidade episcopal e preconizasse justamente as Conferências Episcopais como expressão peculiar e órgão particularmente apropriado dessa colegialidade.

Ao longo destes vinte e oito anos – não há quem não o reconheça – procurou cumprir uma missão e realizar uma obra conformes com a sua natureza própria: possibilitar o encontro e o diálogo dos Bispos cada vez mais numerosos no País; facilitar a convergência da ação pastoral graças sobretudo a um planejamento e a uma pastoral de conjunto que foram desde o início a preocupação dominante da CNBB; ser um órgão capaz de representar com a maior autenticidade possível o Episcopado brasileiro junto a outras instancias, sem excluir a civil.

Não é menos certo que a Conferência, longe de paralisar-se na autosatisfação do que já realizou, deverá esforçar-se continuamente para ser sempre mais fiel à sua missão. Tal fidelidade à sua vocação original, aos objetivos que a sabedoria da Igreja lhe aponta e aos caminhos que ela própria se traçou, é condição de eficácia da sua ação. Para ela, pois, como para todo organismo vivo, sobretudo se é um organismo a serviço de Jesus Cristo, aperfeiçoar-se é um sinal de saúde interior, é uma exigência, é um dever.

Em que aspectos aperfeiçoar-se e crescer? O documento de Puebla nos sugere a resposta: na *comunhão*, na *participação* e na *evangelização*.

A comunhão no seio da CNBB

3. Na comunhão em primeiro lugar. Pois esta é a razão de ser e a finalidade primeira de toda Conferência Episcopal: criar e manter permanentemente viva a comunhão entre os Bispos que a compõem. Estes são necessariamente homens muito diferentes entre si, como diferentes eram os Doze primeiros escolhidos pelo próprio Senhor Jesus. Quanto mais numerosos, mais cresce o raio desta diferença. Entretanto o serviço pastoral que eles exercem exige, no nível mais profundo que se possa conceber, uma sólida comunhão entre eles. Cimento dessa comunhão – bem mais fortes do que tudo quanto poderia dividi-los ou separá-los – são o único Senhor que os chamou e os fez ministros seus; a única verdade da qual são mestres e servidores ao mesmo tempo; a única salvação em Jesus Cristo que eles anunciam e atualizam; a caridade fraterna que os

“congrega na unidade”(cf. Hymnus *Ubi Caritas*).

Pastores de uma Igreja que, na teologia do Concílio Vaticano II, se compraz em definir-se “sacramento de unidade” (*Lumen Gentium*, 1), os Bispos são chamados a dar por primeiros o testemunho vivo da unidade. Não devemos, de resto, iludir-nos: a pregação melhor que podem fazer os Bispos de uma Nação, o serviço mais frutuoso que podem prestar à sua gente, o gesto mais eficaz que podem realizar será certamente a demonstração veraz e visível que puderem dar de comunhão entre eles. Ao contrário, sem essa comunhão, o resto se revela perigosamente precário. Ora, na sua Conferência, esses Bispos querem encontrar e têm o direito de encontrar, um estímulo à unidade e um instrumento de unidade.

Se me fosse lícito inspirar-me na minha experiência pessoal de Bispo e também de membro de uma conferência nacional, eu não hesitaria em dizer que uma manifestação qualquer de uma Conferência Episcopal produz tanto mais impacto (falo do impacto real, profundo e duradouro, não necessariamente clamoroso), quanto mais nele se refletir a unidade, como alma da Colegialidade episcopal, que concretamente se encarna neste grupo de bispos. Olhai, irmãos, a vivência da colegialidade efetiva ficará bem facilitada, na medida em que acompanhar a Colegialidade afetiva. Isto supõe diálogo autêntico com todas as suas componentes que, como sabeis, vão de uma sempre cultivada pobreza em espírito até a constante abertura para a graça divina que é a sua perfeição. É atenção para com os outros nos pequenos gestos da vida quotidiana. Assim se cria o clima que faz crescer a confiança recíproca. Esta confiança que não se limita nunca à simples cordialidade no trato mútuo, mas há de chegar àquele sentimento profundo que nos permite aceitar, com simplicidade, no campo do opinável, opiniões ou posições diversas das próprias, desde que fique salvaguardado o bem comum da Igreja em plano local e na sua dimensão universal. Foi com uma consciência viva da Colegialidade episcopal e numa atitude de confiança fraterna que vim até vós e aqui me encontro, Irmão entre irmãos, para vos falar e vos ouvir dentro das limitações do tempo.

Acrescentaria – mas creio que é supérfluo – que o crescimento na comunhão requer o conhecimento recíproco aprofundado cada dia, a compreensão do outro, o respeito à sua consciência, a franqueza e a lealdade para com ele. Tudo isso, fruto de uma caridade que, neste plano, se chama amor fraterno, comunhão que leva a superar particularismos, partidarismos, ou disputas entre grupos e faz integrar dentro de um certo pluralismo sadio a compreensível diversidade. Uma Conferência não pode deixar de dar graças a Deus por estar imune desses problemas e deve suplicar-Lhe com humildade e fervor que assim seja sempre. E praza a Deus que nos documentos e pronunciamentos desta Conferência episcopal se reflita sempre tudo isto, pois também “por isto saberão todos que sois meus discípulos – diz o Senhor – se vos amardes uns aos outros”.

A participação na CNBB

4. *Crescer em participação* é a segunda meta. Uma Conferência episcopal é uma obra comum: espiritualmente rica se nela todos os Bispos se sentem plenamente membros e dão sua presença com prazer e sem constrangimento; empobrecida, ao contrário, cada vez que por qualquer motivo alguém se sente, de diz ou se põe à margem.

O crescimento na participação se concretiza em alguns fatos, humildes talvez, mas nem por isso menos dignos de consideração. Cresce a participação na medida em que se envidam esforços sinceros para que sejam percebidas e ponderadas as tomadas de posição em nome de toda a Conferência; o sentimento profundo e as convicções de parcelas do conjunto, consistentes, ainda que não majoritárias.

Em uma Conferência Episcopal numerosa, haverá tanto maior participação, quanto maior for a representatividade dos bispos membros, nos órgãos de decisão. Cresce a participação, quando os Bispos, na prática, experimentam a sua Conferência como o espaço no qual podem encontrar-se entre si no exercício da sua condição de chamados a participar da missão do Cristo Profeta. Em virtude disto, juntamente com o mesmo Cristo, os Bispos servem a verdade divina na Igreja.

Contribuem para plasmar a vida da mesma Igreja quanto à sua dimensão fundamental e são constituídos mestres da fé do povo de Deus em continuidade com o único Mestre Divino (cf. *Mt* 23, 8).

Daí a sua indeclinável responsabilidade, individual e colegial, perante o mesmo Cristo e perante toda a Igreja. No entanto, quem duvidaria da importância da colaboração competente que, em vários setores, sacerdotes, leigos, religiosos e religiosas prestam aos Bispos no âmbito da Conferência Episcopal. Eles merecem louvor por esta sua contribuição. São os bispos, naturalmente, que conservam a responsabilidade de decisões, pronunciamentos e documentos da Conferência como tal e, por isso, têm que responder perante a própria consciência e perante Deus. Rodear-se pois de colaboradores poderá ser uma maneira de apoiar o esforço de fidelidade à verdade divina e de melhor servir o povo de Deus. No entanto não deveria surpreender a ninguém que nas Assembléias e suas Conferências os Bispos disponham de períodos suficientemente longos para o encontro e o diálogo entre si, sem a presença de outros, para reforçarem a sua unidade como mestres da fé, partilharem a comum responsabilidade de serem, cada vez mais, força e segurança da fundamental unidade da Igreja.

Todos nós que olhamos com simpatia e admiração para a vossa Conferência só podemos fazer votos e rezar para que progrida sempre nela a participação.

Que nenhum recuse sua presença não apenas física mas ativa e colaborante. A graça maior da Conferência estará nesta participação.

5. Em qualquer Conferência Episcopal, o aperfeiçoamento na comunhão e na participação só pode ser útil ao aperfeiçoamento de sua *tarefa principal que é a evangelização*.

Na Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”, que é certamente a carta-magna da evangelização para este último quarto de século e um dos mais notáveis documentos do magistério de Paulo VI, este grande e inolvidável Papa recordava que a evangelização é algo de rico, complexo e dinâmico (*E. N.*, 17), que comporta variados elementos, mas acrescentava: “evangelizar é antes de tudo testemunhar de modo simples e direto Deus revelado por Jesus Cristo no Espírito Santo” (*Ibid.*, 26), a base, o centro e o vértice da evangelização é a salvação em Jesus Cristo (*Ibid.*, 27). O Documento de Puebla segue de perto a inspiração da “*Evangelii Nuntiandi*” quando, ao falar do conteúdo da evangelização, apresenta como “conteúdo essencial” (*Puebla*, 351) as “verdades centrais” (*Ibid.*, 166) sobre Jesus Cristo (*Ibid.*, 170 ss), sobre a Igreja (*Ibid.*, 220ss) e sobre o homem (*Ibid.*, 304ss), designando tudo o mais como “parte integrante” da evangelização.

Especialmente ao nosso mundo ameaçado de secularismo ateu – não será demais recordá-lo – a proclamação do absoluto de Deus do mistério de Jesus Cristo, da transcendência da salvação, da fé e dos sacramentos da fé, é um dever da Igreja. Um dever de seus Pastores. Estareis certamente de acordo comigo se afirmo que nós, ministros de Jesus Cristo em Sua Igreja, só teremos credibilidade e eficácia ao falarmos das realidades temporais se antes (ou pelo menos ao mesmo tempo) estamos atentos a proclamar “uma salvação que ultrapassa todos estes limites (temporais) para realizar-se no Absoluto de Deus” (cf. *Evangelii Nuntiandi*, 27), proclamar “o anúncio profético de um “mais além”, vocação profunda e definitiva do homem” (*Ibid.*, 28).

Ao lembrar tudo isto posso dizer que me sinto feliz quando uma Conferência Episcopal dá lugar nos programas de suas Assembléias a temas ligados às urgentes questões de ordem temporal que tocam de fato os homens de nossos dias. A própria natureza deste organismo exige sempre que tais questões sejam englobadas na evangelização e na prioritária busca do reino de Deus e da sua justiça (cf. *Mt 6,32*), que o Senhor nos indicava numa visão de conjunto de todas as nossas preocupações. Ele próprio nos deixou o exemplo. A todos sem exceção ele anunciava a boa nova mesmo estando da parte dos mais pequeninos, dos pobres e dos sofredores, com o seu amor de predileção.

Na nossa atividade de ministério terão de prevalecer sempre as coisas concernentes a Deus, se quisermos que permaneça com toda a sua vitalidade a nossa condição de constituídos a favor dos homens (cf. *Mt 6, 32*).

Assim, as Assembléias das Conferências Episcopais hão de ter a preocupação de aferir pelo “pensamento” de Deus – conhecido, buscado, aprofundado e partilhado fraternalmente – os problemas emergentes da vida dos homens e da sociedade sem deixar de tratar tempestiva e seguramente os problemas próprios da vida da Igreja como os relativos à liturgia e à oração, às vocações sacerdotais, à vida religiosa e sua reta renovação, à catequese, à formação religiosa

dos jovens, à piedade popular e suas exigências, ao desafio de seitas aberrantes, à avalanche da imoralidade, etc.

Énisto prevalentemente que está a nossa força e a identidade da nossa Igreja. Desta maneira, com uma tal aplicação só tem a lucrar não apenas a Igreja no Brasil, no vosso caso, mas a própria sociedade brasileira e especialmente as gerações que sobem para a vida.

Nestes últimos tempos desde que foi conhecida a minha intenção de fazer esta visita pastoral ao Brasil aumentou muito o número das missivas que todos os dias me chegam deste país. São cartas comoventes, pela pobreza, simplicidade que revelam da parte de quem escreve não escondendo a dificuldade de alguns que mal aprenderam a manejar a pena. Elas manifestam uma fome de Deus, uma abertura para o sagrado e por vezes explicitamente sede da verdade do evangelho e da vida sobrenatural. Ora isto não pode deixar-nos indiferentes. Nós, pastores da Igreja, não podemos deixar de dar-lhes os bens espirituais que eles nos pedem, como “pequeninos que pedem pão, buscando alguém que o reparta”, como diz a Escritura. Efetivamente com os bens espirituais e com os meios próprios da Igreja de que dispomos, mediante programas de pastoral adequados por uma consciente preocupação pelo homem concreto com toda a sua verdade, a Igreja, sem necessidade de recorrer a meios que lhe são estranhos, bem pode contribuir para a transformação da sociedade, ajudando-a a tornar-se sempre mais justa, fundada na justiça objetiva. Isto torna bem patente a necessidade e realça a grande importância da catequese.

Impressiona-me, na leitura dos vossos Relatórios Quinquenais, a insistência com que muitos de vós lamentam a falta de aprofundamento na fé de um povo que dá mostras de ser religioso, bom, e, para usar a expressão de Tertuliano, “naturalmente cristão” (Tertulliani, *Apologeticus*, 17: Ed. Rauschen, 58). Uma tal superficialidade no conhecimento da doutrina da fé é causa de não poucos inconvenientes. Vós mesmos citais, entre outros: certa vulnerabilidade a doutrinas aberrantes; certa tendência a uma religiosidade feita de exterioridades, mais de sentimentos que de convicções; o risco sempre iminente de uma fé privatista e desligada da vida... Diante disto a catequese é uma urgência. Só posso admirar os pastores zelosos que em suas Igrejas procuram responder concretamente a essa urgência fazendo da catequese uma verdadeira prioridade.

A catequese portanto permanece sempre tarefa principal da evangelização, conforme salientava a Assembleia do Sínodo dos Bispos de 1974. Penso pois que ela deve constituir uma preocupação constante da Conferência Episcopal como tal e dos seus diversos organismos, que não deixarão de recorrer, quando necessário, a teólogos e peritos na arte de ensinar para precisão da doutrina e adaptação dos catecismos para as diversas idades e diversos níveis das pessoas às quais se destinam.

Quanto ao conteúdo e métodos desta catequese, não vou aqui retomar o que procurei explicitar, na medida do possível, em minha Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*. Recordo somente

que os fiéis chamados à comunhão da Igreja têm o direito de receber a “palavra da fé” (*Rm* 10,8) “em todo o seu rigor e todo o seu vigor” (*Catechesi Tradendae*, 30) através de uma catequese eficaz, ativa e adequada: uma catequese que, pela integridade de seu conteúdo, traga ao homem do nosso tempo toda a mensagem de Jesus Cristo. Neste domínio, nós Bispos da Igreja teremos sempre viva em nossa consciência de Pastores a questão dos textos de catequese: como são elaborados? qual o seu conteúdo? que mensagem transmitem? que imagem de Deus, de Jesus Cristo, da Igreja, da vida cristã, da vocação do homem, eles comunicam? Eis um campo em que o zelo e a vigilância pastoral deverão se exercer como em poucos outros.

Aqui viria a propósito uma palavra sobre as comunidades eclesiais de base conforme as delineia o meu venerando predecessor Paulo VI na Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”, (n. 58) para cuja orientação me permito chamar a vossa atenção. Tais comunidades constituem uma experiência atual na América Latina e sobretudo neste país. Ela há de ser acompanhada, assistida e aprofundada para dar os frutos por todos desejados sem desviar-se para finalidades que lhe são heterogêneas. Não quero alongar-me quanto a este ponto. Confio à vossa Conferência Episcopal o texto especial relacionado com as mesmas comunidades eclesiais de base, que teria tido gosto de dirigir pessoalmente, de viva voz, aos destinatários, se não fora a falta de tempo e de o programa estar sobrecarregado.

Responsabilidade pessoal de cada Bispo

6. Justamente concebida e devidamente realizada, a Conferência Episcopal é um inigualável ponto de encontro e de diálogo para os Bispos de um País. Nela cada um deles encontrará certamente apoio, orientação, encorajamento.

Entretanto, ela não pode nem pretende cercear, diminuir, menos ainda suprimir e substituir a responsabilidade pessoal que cada Bispo assume ao receber, com a Ordenação Episcopal, uma missão e os carismas necessários para cumpri-la. Esta missão que o liga à sua Igreja Particular mas o abre também à solicitude de todas as Igrejas, cada Bispo a cumpre como um empenho pessoal: é sua tarefa de Pastor.

Mencionando este múnus pastoral, não posso silenciar algo que me acompanha durante este encontro como motivo de alegria. Refiro-me à imagem que vós, Bispos brasileiros, projetais em toda a Igreja e no mundo inteiro: imagem de pobreza e simplicidade, de devotamento pleno, de proximidade ao vosso povo e plena inserção em sua vida e seus problemas. Imagem de Bispos profundamente evangélicos e profundamente conformes com o modelo proposto pelo Concílio Vaticano II em seus documentos. Eu já conhecia, através de numerosos depoimentos, esta faceta de vossa fisionomia de Bispos. Mas ao ler, como o estou fazendo, vossos Relatórios Quinquenais, ao acolher-vos e conversar convosco em minha casa, no quadro da visita que estais fazendo *ad limina Apostolorum*, para minha alegria e edificação e edificação também de vossos fiéis, posso dizer-vos que dou graças a Deus pelo vosso testemunho de pobreza e de

presença no meio de vossa gente. Será ainda preciso encorajar-vos neste ponto? Faço-o de coração, pedindo a Deus que vos torne sempre mais capazes de verdadeira compaixão, isto é, de sofrer e de alegrar-vos, de conviver e colaborar com aqueles que Ele mesmo confiou ao vosso pastoreio.

Assim inseridos na existência de vossa gente, deveis sentir-vos mais à vontade para exercer os múltiplos aspectos da vossa missão pastoral. Cristo Pastor vos convida a assumir, sem omissões, todos esses aspectos. Vosso povo precisa que os assumais e, silenciosamente embora, vo-lo suplica. Eu próprio, chamado a confirmar-vos em vossa missão (cf. *Lc 22, 32*), espero que o façais. E quais são esses aspectos?

6.1. No meio de vosso povo, que vos diz hoje como os discípulos a Jesus: “ensinai-nos a orar”(Lc 11, 1), sede *mestres de oração*. Sois os primeiros liturgos de vossas Igrejas. Com elas e para elas celebrais os mistérios sacramentais, especialmente a Eucaristia. Mais ainda, sois os primeiros responsáveis por fazer rezar o vosso povo e os primeiros zeladores de uma oração litúrgica digna e fervorosa. É importante que, em comunhão com vossos Presbitérios, envideis todos os esforços para uma sadia renovação litúrgica em vossas Dioceses, evitando por uma parte um apego injustificável a formas litúrgicas que foram úteis no passado mas não teriam hoje maior sentido, e, por outro lado, os abusos litúrgicos, a experimentação prolongada em matéria litúrgica, o império do subjetivismo, a anarquia, coisas que rompem a verdadeira unidade, desorientam gravemente os fiéis, prejudicam a beleza e a profundidade das celebrações. Como Bispos, deve ser um de vossos cuidados maiores, o de cuidar da pureza e da nobreza das celebrações litúrgicas, certos de que isso, longe de prejudicar, dá melhores chances à Liturgia, à liturgia no Brasil.

6.2. A exemplo daqueles de quem hoje somos sucessores indignos, mas conscientes e responsáveis, sede *anunciadores constantes de Jesus Cristo e de Sua mensagem*. Para isso, antes de tudo, fomos chamados, ungidos, “colocados pelo Espírito Santo a reger a Igreja de Deus”(At 19, 20): para revelar aos homens o mistério de Jesus Cristo, fazer ressoar Sua Boa Nova, fazer de muitos homens discípulos Seus. Bem podemos repetir com São Paulo que não viemos proclamar nenhuma ciência humana, mas Jesus Cristo e Jesus Cristo crucificado (cf. *1Cor 1,23; 2,1-2*), pois em meio ao nosso povo não somos peritos de política ou economia, não somos “líderes” em vista de nenhuma empresa temporal, mas ministros do Evangelho.

Este é, por assim dizer, o ponto mais íntimo da comunhão entre os Bispos. Eles podem dividir-se diante de opções temporais acidentais, mas é impossível que não se encontrem inseparavelmente unidos se se trata de cumprir a tarefa fundamental, do anúncio evangélico de Jesus Cristo.

6.3. *Sede construtores da Comunidade Eclesial*. Com notável insistência e, em vários documentos, o Concílio Vaticano II diz de nós Pastores que somos sacramentos – sinais e

artífices – de comunhão. Ele sublinha com isso uma dimensão essencial de nosso ministério: a de convocar os que estão dispersos, reunir os que estão separados, construir assim a Igreja e mantê-la na unidade, malgrado todas as forças de ruptura e de desunião.

6.4. *Sede mestres da Verdade, desta Verdade* que o Senhor quis nos confiar, não para escondê-la ou enterrá-la, mas para proclamá-la com humildade e coragem, para promovê-la, para defendê-la quando ameaçada. Àqueles dentre vós a quem encontrei em Puebla, o ano passado, recordei a tríplice Verdade: sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja, sobre o homem. A serviço desta Verdade encontram-se os teólogos e feliz a Igreja que encontra em seu seio mestres capazes de aprofundar essa Verdade, iluminados pela Revelação, pela Palavra de Deus e pela Tradição, pelo Magistério da Igreja e ajudados, a esta luz, pelas ciências humanas. Que os Bispos possam seguir com atenção o ministério desses teólogos, unindo-o ao conjunto do serviço eclesial, nada de mais fecundo e enriquecedor para a Igreja. O verdadeiro teólogo sabe, até por uma intuição sobrenatural, que caberá ao Bispo velar pastoralmente sobre sua atividade teológica, em benefício da fé do Povo de Deus.

Seríamos bem felizes todos se erros e desvios nestes três campos – Cristo, a Igreja, o homem – fossem algo de remoto, possível, quem sabe, mas por ora irreal. Sabeis que não é assim e que, por isso mesmo, o crucificante mas indeclinável dever de apontar tais erros com serenidade e firmeza e de propor pontualmente aos fiéis a Verdade, é para vós algo de próximo e mais que atual. O Senhor vos dê o carisma do discernimento para ter sempre presente estas verdades e a liberdade e segurança para ensiná-las sempre, rebatendo assim tudo quanto a elas se oponha.

6.5. *Sede pais e irmãos de vossos Presbíteros*, colaboradores vossos na obra do Evangelho (cf. Fl 4,3). Estou certo de que vossa experiência de Bispos só pode confirmar a minha, de vinte anos Bispo de Cracóvia: se é estimulante e encorajador para um sacerdote contar com a acolhida e colaboração de seu povo, a amizade dos colegas, não o é menos – diria que é muito mais – contar com a compreensão, a proximidade, o amparo nas horas difíceis, por parte do Bispo. Os Presbíteros de uma Diocese compreendem, de modo geral, que falem ao Bispo dotes de administrador, de organizador, de intelectual, mas sofrem se não encontram nele a confiança de um irmão e a segurança impregnada de afeto, de um pai. Dai o melhor de vós mesmos para estardes sempre próximos de vossos padres. Mas sobretudo recordai-vos que, para um Bispo nada pode ser mais urgente e precioso do que a santidade de seus sacerdotes. “Forma gregis”, modelo do rebanho, não é exagerado nem deve ser utópico pedir ao Bispo que ele seja também “forma pastorum”, modelo de seus sacerdotes em tudo aquilo que constitui a espiritualidade – santidade pessoal e zelo apostólico – do seu Presbitério.

6.6. *Sede pais atentos e vigilantes dos futuros sacerdotes*. Eu me sentiria bem feliz se, deste nosso encontro, ficasse nos vossos corações de Pastores a firme convicção de tornar-vos mais ainda, em vossas Dioceses, suscitadores de vocações para o ministério presbiteral e para a vida religiosa.

Um Bispo pode estar certo de não ter perdido jamais o tempo, os talentos e as energias que despender para este fim. Velai, pois, por vossos Seminários, com a consciência de que toda imperfeição ou desvio que houver na formação dos futuros sacerdotes, por temor de ser exigentes, por acomodação ou por uma menor atenção de vossa parte, em colaboração com os formadores por vós escolhidos, é um dano para os próprios seminaristas hoje e um dano maior para a Igreja amanhã.

6.7. *Sede pais e irmãos dos religiosos* que, vivendo com toda a plenitude possível a sua consagração, se encontram no coração da Igreja ao serviço do Reino. Haja sempre a comunhão mais perfeita possível entre o Bispo e os religiosos e religiosas da Igreja local. Esta comunhão consistirá, antes de tudo, em respeitar e promover o carisma geral da Vida Religiosa com suas dimensões essenciais, e o carisma particular de cada família religiosa. No Bispo os religiosos deverão encontrar sempre alguém que os interpele a viver cada vez mais intensamente a própria vocação. Por outro lado, a comunhão consistirá em convocar e ajudar os religiosos e religiosas para uma inserção cada vez mais viva e orgânica no dinamismo pastoral da Diocese. Uma das exigências desta inserção será, da parte dos religiosos, a clara decisão de acolher e respeitar o carisma dos Bispos na Igreja como mestres da fé e guias espirituais, “postos pelo Espírito Santo para reger a Igreja de Deus” (At 19,20). As “mútuas relações” entre os Bispos e os religiosos, se inspiradas pelas virtudes cristãs da confiança, respeito, lealdade, caridade e espírito de serviço, mais do que por meras normas jurídicas, se revelam imensamente úteis à Igreja. Tanto mais em um País como o Brasil, onde a presença e a atividade dos religiosos é particularmente notável ao correr de toda a sua história.

6.8. *Sede pais generosos e acolhedores dos leigos de vossas Igrejas.* O [Concílio Vaticano II](#) explicitou uma teologia do leigo como um dos elementos mais notáveis da sua eclesiologia. Esta nos recorda que o leigo é, por definição, um discípulo e seguidor de Cristo, um homem da Igreja presente e ativo no coração do mundo, para gerir as realidades temporais e ordená-las ao Reino de Deus. Estes leigos esperam de seus Pastores, antes de tudo, alimento para sua fé, segurança quanto aos ensinamentos de Cristo e da Igreja, sustento espiritual para a sua vida, orientação firme para sua ação como cristãos no mundo. Esperam ainda o legítimo espaço de liberdade para seu compromisso na ordem temporal. Esperam apoio e estímulo para serem leigos sem risco de clericalização (e para isto esperam que seus Pastores o sejam em plenitude, sem riscos de laicização...). Possam os numerosíssimos leigos que aqui no Brasil, com empenho cada vez maior, dão-se sem reservas ao serviço da Igreja, encontrar em vós tudo aquilo de que precisam para um serviço ainda melhor.

6.9. *Sede, em nome do Evangelho, promotores dos grandes valores humanos*, e, antes de tudo, da verdadeira dignidade do homem, filho e imagem de Deus, irmão e herdeiro de Jesus Cristo. Vossa vocação de Bispo vos proíbe, com clareza total e sem meias tintas, tudo quanto se pareça com partidarismos políticos, sujeição a tal ou qual ideologia ou sistema. Mas não proíbe, antes, convida a estar próximo e a serviço de todos os homens, especialmente dos mais desvalidos e

necessitados. Vós sabeis que a opção preferencial pelos pobres, vivamente proclamada por Puebla, não é um convite a exclusivismos, nem justificaria que um Bispo se omitisse de anunciar a Palavra de conversão e salvação a tal ou qual grupo de pessoas sob o pretexto de que não são pobres – de resto, qual o conteúdo que se dá a este termo? – pois seu dever é proclamar *todo* o Evangelho a *todos* os homens, e que todos sejam pobres em espírito. Mas é um convite a uma especial solidariedade com os pequenos e fracos, os que sofrem e choram, os que são humilhados e deixados à margem da vida e da sociedade, para ajudá-los a conquistar com sempre mais plenitude a própria dignidade de pessoa humana e de filho de Deus.

A Igreja do Brasil – eu já o disse várias vezes no correr desta viagem pastoral e de modo particular em meu encontro com nossos irmãos da Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, testemunha é o Senhor Cardeal aqui presente, e faz bem em manifestar-se como Igreja dos pobres, Igreja da primeira bem-aventurança: “Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino” (*Mt* 5, 3). Assim fazendo, no exercício de sua missão, a Igreja serve também ao bem da sociedade. Ela não tem a pretensão de assumir como função própria as atividades políticas. Ela respeita a Autoridade constituída (cf. *1Pt* 2, 13-17) e não deixa de proclamar que para o bem da sociedade – como a expressão e para a manutenção e o exercício da soberania na mesma – a autoridade é necessária. A Igreja reivindica como seu direito e dever a prática de uma *pastoral social*, não na linha de um projeto puramente temporal, mas como formação e orientação das consciências, por seus próprios meios específicos, para que a sociedade se torne mais justa. E o mesmo deve fazer a Igreja, o mesmo devem fazer os Bispos nos diversos países do mundo e nos diversos sistemas existentes no mundo atual.

É função do Episcopado preparar e propor o programa de tal pastoral social e realizá-lo dentro da unidade colegial. No Brasil existe a possibilidade de se organizar tal ação com a perspectiva de dar muitos frutos, pois neste País a Igreja e o Episcopado constituem uma verdadeira força social. Para isso, porém, existem condições fundamentais a preencher.

Antes de tudo, é preciso que este programa social tenha *autenticidade*, quer dizer, esteja em coerência com a natureza e a identidade da Igreja: corresponda aos seus princípios (que são os do Evangelho) e se inspire em seu magistério, especialmente em seu magistério social. Em outros termos, essa pastoral social não pode basear-se em premissas que, com todos os méritos e qualidades que se lhes queira reconhecer, são contrárias à verdade católica em seus próprios fundamentos.

Em segundo lugar, a pastoral social deverá ser autenticamente brasileira mas nem por isso deixar de ser ao mesmo tempo universal. Ela deve responder à verdade integral a respeito do mundo contemporâneo. Deve ter os olhos abertos para todas as injustiças e todas as violações dos direitos humanos, seja onde for, no domínio dos bens materiais como dos bens espirituais. Se faltar esta ótica fundamental, ela corre facilmente o risco de tornar-se objeto de manipulações unilaterais.

Depois, o programa da ação social da Igreja deve ser também orgânico: deve tomar em consideração a ligação que existe entre os diferentes fatores econômicos e técnicos de uma parte, e, de outra parte, as exigências culturais. Neste contexto, deve-se dar atenção especial à instrução e à educação, pré-requisitos indispensáveis para o acesso a uma promoção social igual para todos.

As reformas audazes, que são necessárias, não têm como objetivo único a coletivização dos meios de produção, menos ainda se com isso se entende a concentração de tudo nas mãos do Estado, convertido na única verdadeira força capitalista. Essas reformas devem ter por escopo permitir o acesso de todos à propriedade, já que esta constitui de certo modo condição indispensável da liberdade e criatividade do homem, aquilo que lhe permite sair do anonimato e da “alienação”, quando se trata de colaborar com o bem-comum.

Por último, a ação social da Igreja deve ser o comprometimento de todos quantos levam sobre os ombros parcelas significativas da missão da Igreja, cada um de acordo com sua função e sua responsabilidade específica.

Assim, os teólogos não ficarão expostos a toda espécie de objeções, se eles sabem dar ao que ensinam uma orientação inteiramente evangélica e cristã, fiel aos ensinamentos da própria Igreja. Os ministros da Igreja – bispos e sacerdotes – terão consciência de que sua participação melhor e mais eficaz nesta pastoral social não é a que consistiria em empenhar-se em lutas partidárias ou em opções de grupos e sistemas, mas a que faz deles verdadeiros “educadores na fé”, guias seguros, animadores espirituais. Os religiosos evitarão permutar aquilo que constitui seu carisma na Igreja – consagração total a Deus, a oração, o testemunho da vida futura, a busca da santidade – por empenhos políticos que não servem nem a eles próprios que perdem a sua identidade; nem à Igreja que fica empobrecida com a perda de uma sua dimensão essencial; nem ao mundo e à sociedade, igualmente privados daquele elemento original que só a vida religiosa podia fornecer ao legítimo pluralismo. A própria atividade dos leigos assumirá sua genuína dimensão, pois passa a ter em vista o homem integral com todas as suas componentes, “inclusive com sua abertura para o absoluto, mesmo o Absoluto de Deus (*Evangelii Nuntiandi*, 33).”.

6.10. E eu não poderia silenciar nesta circunstância de um feliz encontro convosco uma última exortação: *sede irmãos do Sucessor de Pedro a ele unidos afetiva e efetivamente* “in opus ministerii” (cf. *Ef* 4, 12). Só “cum Petro et sub Petro” (*Ad Gentes*, 38), independentemente da pessoa daquele que incidentalmente reveste a condição de Pedro, o Colégio episcopal e cada Bispo encontram a plenitude de sua missão eclesial.

Penso que é supérfluo recordar que esta comunhão com o Papa se exprime em um acolhimento à sua palavra não apenas quando se pronuncia pessoalmente, mas também quando fala através de órgãos que com ele colaboram no governo pastoral da Igreja e falam em seu nome, com sua aprovação, senão com mandato seu.

Nada mais confortador para mim, como fruto de vossa visita “ad limina” e de minha visita a vós do que saber que posso contar com essa comunhão sincera, generosa, com a Sé de Pedro, princípio de unidade e germe de universalidade. Unido a vós “in cruce et spe Episcopatus”, o Bispo de Roma, Pastor da Igreja universal encontra renovada coragem no singular ministério que um misterioso desígnio de Deus me quis confiar.

Evocação de irmãos Bispos

7. Não quero terminar estas palavras e encerrar este encontro sem evocar as figuras de Bispos, que ao longo de quatro séculos e meio foram neste País os legítimos sucessores dos Apóstolos e aqui dedicaram toda a vida, todas as energias à construção do Reino de Deus. Diversas as circunstâncias histórico-culturais em que foram chamados a exercer sua missão, diversas suas fisionomias humanas, diversas suas histórias pessoais, todos porém homens que deixaram marcas de sua passagem, desde aquele Dom Pedro Fernandes Sardinha que foi o primeiro Bispo a exercer aqui no Brasil seu ministério episcopal. Qualquer citação de nomes é forçosamente limitada mas como não evocar figuras como as de Dom Vital de Oliveira e Dom António Macedo Costa, de Dom António Ferreira Viçoso, dos dois primeiros Cardeais brasileiros Dom Joaquim Arcoverde e Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, de Dom Silvério Gomes Pimenta e de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva? Como não evocar aqui em Fortaleza a figura admirável de Dom Antônio de Almeida Lustosa que repousa nesta Catedral e que deixou nesta Diocese a imagem luminosa de um sábio e de um santo. Possa a recordação destes irmãos, e de tantos e tantos outros, que nos precederam com o sinal da fé, estimular-nos mais e mais no serviço do Senhor.